

INTRODUÇÃO

Os documentos de prestação de contas são elementos legais e obrigatórios de qualquer entidade pública e, portanto, também para as autarquias locais, que devem traduzir com rigor as execuções orçamental, patrimonial e económica da respetiva entidade, aferida a um determinado período de tempo, usualmente um ano civil.

É da competência do Órgão Executivo a elaboração e a aprovação dos documentos que consubstanciam a prestação de contas, bem como submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal na sessão ordinária do mês de abril do ano seguinte àquele a que tais documentos dizem respeito, conforme o referido no n.º 1 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Órgão Executivo deve remeter os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até ao dia 30 do mês de abril, conforme preconiza o n.º 4 do artigo 52º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, alterado pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março.

Os documentos agora apresentados foram elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, e as Demonstrações Financeiras foram elaboradas atendendo, para além das normas referidas no Plano Oficial de Contas, às Instruções n.º 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República n.º 46/2019 de 6 de março.

O Regime de Contabilidade Autárquica legalmente estabelecido (POCAL) determina a elaboração do Relatório de Gestão como elemento a integrar nos documentos de prestação de contas.

Da prestação de contas que ora se apresenta faz parte o parecer e a certificação legal exigida, elaborada por auditor externo, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PORTUGAL EM 2018

Em 2018, na ótica meramente económica, Portugal apresentou resultados próximos do esperado, alguns mais positivos, outros menos:

- Estima-se que o PIB nacional tenha sido de 2,1%, menor que as previsões efetuadas e bem menor que o crescimento registado no ano anterior, mas, em todo o caso, em linha com o crescimento médio da UE27 e melhor que a média dos países da zona euro.
- Continuou a assistir-se a uma descida significativa da taxa de desemprego, pese embora não ser possível continuar a comparar este bom valor quantitativo com as variações ocorridas no lado da qualidade do emprego. Veja-se o quadro seguinte:

Ano	Taxa de desemprego	Taxa de emprego
2015	12,4	51,2
2016	11,1	51,9
2017	8,9	53,6
2018	7,0	Não disponível

Fonte: Pordata

- Ainda a propósito do desemprego, refira-se que, ao nível do Alentejo Litoral, a percentagem de desempregados inscritos se apresentava como segue (dados só disponíveis até 2017):

Desempregados inscritos – Alentejo Litoral – Total e por município

Zona/município	(em %)		
	2015	2016	2017
Alentejo Litoral	7,2	7,2	5,7
Alcácer do Sal	5,5	5,3	4,0
Grândola	5,1	5,6	5,0
Odemira	7,1	6,9	5,2
Santiago do Cacém	6,8	6,9	5,6
Sines	11,5	11,6	9,1

Fonte: Pordata

Verifica-se, em função dos registos apresentados, um forte decréscimo em 2017 em todos os municípios considerados, apresentando Alcácer do Sal o mais baixo valor do Alentejo Litoral. Mas o que se colhe por quem vive em Alcácer é a dificuldade dos empregadores em conseguir satisfazer as suas necessidades – será caso para perguntar quantos dos 4% são desempregados que, de facto, pretendem passar a ser

empregados.

Ainda que de forma mitigada, igualmente se continuou a assistir à recuperação do rendimento das famílias, de forma mais notória nos rendimentos mais baixos – muito por força da subida do Salário Mínimo Nacional – sendo que idêntica política de rendimentos está prevista para 2019.

Entretanto estas recuperações estão a gerar um problema novo, porque, não sendo geral, vem provocando uma crescente contestação social dos setores da sociedade que se sentem marginalizados e lutam por direitos que tinham sido perdidos.

Quanto à dívida, em boa verdade, porventura ao contrário do expectável, o seu valor voltou a subir. No entanto, em percentagem do PIB, indicador mais utilizado, o mesmo desceu significativamente. Vejam-se os dados constantes do quadro seguinte extraído do Pordata, coligindo dados do Ministério das Finanças, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística:

Evolução da Dívida

	2015	2016	2017	2018
Em milhões €	231.512,6	240.962,6	242.804,5	244.914,7
Em % do PIB	128,8	129,2	124,8	120,8

Fonte: Pordata

Notas: Os valores referentes a 2017 são provisórios. O valor em euros para 2018 é uma previsão.

O valor para o mesmo ano, em percentagem, é a previsão avançada pelo FMI em dezembro de 2018.

Pelo segundo ano consecutivo a dívida cresce em valor e diminui em percentagem. As projeções de algumas organizações para o final de 2019 preveem uma nova queda do valor percentual - o FMI apontava em dezembro passado para 117,8% do PIB. Será que este ano o montante em valor irá ter a mesma direção?

No que diz respeito ao défice, não sendo ainda conhecido o seu valor final, tudo aponta para um valor muito próximo de 0,7%. As projeções conhecidas para 2019, todas melhores que o resultado provável de 2018, variam de forma significativa, consoante as fontes consultadas: 0,6% para a Comissão Europeia, 0,2% para o Ministério das Finanças ou 0,3% para o Fundo Monetário.

Ainda uma palavra para o Investimento. Os valores disponíveis são ainda escassos. Os dados estatísticos mais recentes – projeções económicas do Banco de Portugal, atualizadas em dezembro de 2018 –, indicam as seguintes estimativas para Portugal e para a área do Euro quanto às taxas de crescimento anual, medidas em percentagem:

	2018 (p)	2019 (P)	2020 (P)
Portugal	3,9	6,6	5,9
Área do Euro	3,5	3,3	2,6

Notas: (p) – previsão (P) – projeção

Os valores apresentados referem-se, como se mencionou, a crescimentos anuais da Formação Bruta de Capital Fixo.

Por outro lado, em termos evolutivos, apenas ainda se dispõe dos dados até 2017 – e, mesmo os relativos a este ano ainda são provisórios – que não se deixam de apresentar como segue:

Formação Bruta de Capital Fixo (base=2011)

	Pública	Privada	Total
2014	3.446,3	22.546,8	25.993,1
2015	4.045,4	23.798,6	27.843,9
2016	2.887,4	25.942,1	28.829,6
2017	3.563,5	28.726,8	32.290,2

Não é seguramente uma fotografia brilhante, já que, em percentagem do PIB, a Formação Bruta de Capital Fixo está cerca de 9 pontos percentuais abaixo da média conseguida na primeira década deste século. Alguns argumentarão que não é possível simultaneamente, recuperar rendimentos e incrementar significativamente o Investimento. Talvez. Mas os custos poderão ser dramáticos se esta situação se prolongar no tempo.

No Relatório precedente relativo à prestação de contas de 2017 escreveu-se:

“Finalmente importa dizer que falta cumprir um desígnio fundamental de qualquer sociedade organizada. Depois de dois anos de recuperação económica, depois de se ter chegado ao final do exercício de 2017 com indicadores macroeconómicos altamente favoráveis, depois de se assistir a níveis de confiança há muito esquecidos, importará conduzir com eficácia os proventos obtidos para a sociedade, de forma bem mais vincada que aquilo que tem sido conseguido. A questão central, nesta área, será a de saber até que ponto o poder nacional está disponível para flexibilizar mais a sua prática de equilibrista no fio da navalha entre as normas europeias de cariz vincadamente conservador e as necessidades sociais que, para largos setores da sociedade, continuam a pecar pela escassez de recursos, sejam eles os coletivos e públicos ou os das famílias e empresas. O futuro começa hoje, amanhã já será possível ver o rumo que vai ser prosseguido.”

Um ano depois podíamos terminar esta parte da mesma forma, o que significa que, durante um ano, se estiveram a adiar soluções: até quando?

ANÁLISE NA ÓTICA ORÇAMENTAL

Como é habitual vamos iniciar esta análise focando a atenção nas receitas arrecadadas no exercício em apreço e, bem assim, da sua variação com idêntico indicador de anos recentes. Globalmente, e como se verá a seguir com maior detalhe, 2018 traduziu-se num exercício que apresenta um acréscimo global de 2,31% das Receitas arrecadadas, 9,85% resultante da subida das **Receitas Correntes**, em contrapartida com um decréscimo de 8,08% das **Receitas de Capital** e, finalmente, igualmente um decréscimo de 35,99% das **Outras Receitas**, esta muito por força de um menor saldo orçamental do exercício anterior.

No quadro seguinte verifiquem-se e comparem-se os registos dos valores relativos à globalidade da Receita Municipal:

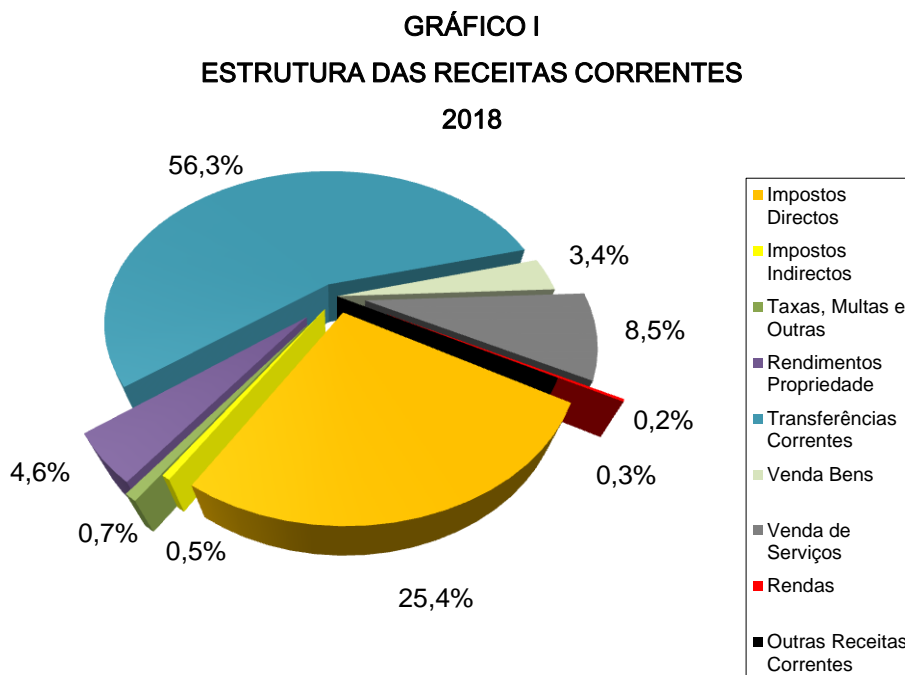
QUADRO I					
EVOLUÇÃO DAS RECEITAS					
	(em euros)				
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
Impostos Diretos	2.899.170,55	2.945.264,96	2.717.594,03	3.143.798,82	4.136.041,84
Impostos Indiretos	40.305,48	50.786,91	76.358,06	67.574,18	81.282,57
Taxas, Multas e Outras	272.328,87	280.954,22	353.465,90	243.277,52	117.151,37
Rendimentos Propriedade	871.626,39	1.050.924,25	962.808,24	558.534,52	746.487,13
Transferências Correntes	8.407.377,90	8.707.256,45	8.853.904,34	9.015.811,26	9.157.642,68
* Fundo Eq. Fin. Corrente	7.626.925,00	7.956.661,00	8.070.180,00	8.338.942,00	8.436.615,00
* Estado- Proj. Co-financiados	0,00	0,00	25.000,00	0,00	33.635,53
* Outras	780.452,90	750.595,45	758.724,34	676.869,26	687.392,15
Venda Bens	530.098,75	562.072,53	503.955,37	518.370,44	560.148,33
Venda de Serviços	309.206,56	746.699,06	1.228.688,17	1.213.492,30	1.388.618,02
Rendas	41.053,31	36.663,80	33.936,69	35.916,13	37.772,55
Outras Receitas Correntes	93.475,55	58.753,01	35.863,35	20.221,18	51.851,82
T. RECEITAS CORRENTES	13.464.643,36	14.439.375,19	14.766.574,15	14.816.996,35	16.276.996,31
Venda Bens Investimento	18.981,37	328.191,81	166.042,00	20.837,45	104.245,06
Transferências de Capital	1.109.987,69	2.170.893,72	1.152.974,99	1.342.847,51	1.149.199,39
* Fundo Eq. Fin. Capital	847.436,00	884.073,00	896.687,00	926.549,00	937.402,00
* Estado- Proj. Co-financiados	262.551,69	1.286.820,72	256.287,99	416.298,51	166.599,39
* Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	45.198,00
Outras Receitas de Capital	18.388,21	55.199,77	1.248,91	0,00	0,00
T. RECEITAS CAPITAL	1.147.357,27	2.554.285,30	1.320.265,90	1.363.684,96	1.253.444,45
Rep. não abat. nos pagam.	384,85	200.092,34	1.419,74	768,37	1.471,06
Saldo orçamental	1.566.267,61	867.415,04	1.901.035,53	2.546.848,99	1.629.352,38
T. OUTRAS RECEITAS	1.566.652,46	1.067.507,38	1.902.455,27	2.547.617,36	1.630.823,44
TOTAL DAS RECEITAS	16.178.653,09	18.061.167,87	17.989.295,32	18.728.298,67	19.161.264,20

Em termos globais, verifica-se que o acréscimo das **Receitas Correntes**, dado o seu forte peso estrutural,

mais que compensou as diminuições registadas nas **Receitas de Capital** e nas **Outras Receitas**.

Do conjunto de rubricas que compõem as **Receitas Correntes**, merecem especial atenção, pela positiva, os Rendimentos de Propriedade, Impostos Diretos – que serão detalhados mais à frente – e os Impostos Indiretos. Negativamente, apenas merece referência o caso das Taxas, Multas e Outras Penalidades.

O peso de cada componente das Receitas Correntes, vai evidenciado no gráfico I.



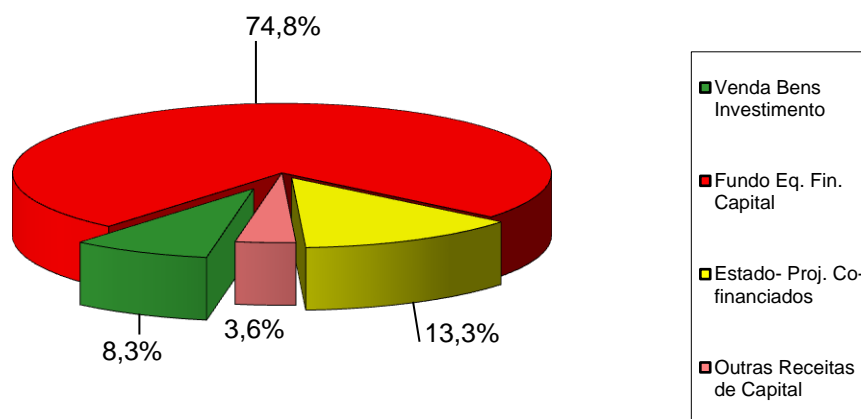
Verifica-se que a crónica dependência das Transferências se mantêm, mas agora mais atenuada por contrapartida do acréscimo do peso estrutural dos Impostos Diretos.

Relativamente à componente das **Receitas de Capital**, o resultado global apurado é essencialmente justificado pela forte descida das verbas oriundas dos projetos cofinanciados que caem quase 60%, correspondentes a uma receita inferior em quase 250 mil euros. Como se explica esta situação?

O que aconteceu foi que um investimento cujo procedimento vinha de 2017 apenas foi consignado em novembro de 2018 – após a concessão do necessário visto prévio do Tribunal de Contas e logo não teve execução financeira naquele ano e dois outros projetos cujos procedimentos foram aprovados em julho de 2018 ficaram desertos (mais, um deles deserto em dois procedimentos), não estando ainda adjudicados nesta data. Ora estamos a falar de três situações que, no seu conjunto, geram uma despesa global e plurianual de mais de 2,5 milhões de euros, mas também uma receita superior a 1,8 milhões de euros.

Tal como se apresentou na componente corrente, vejamos agora qual a estrutura que se apresenta no lado das **Receitas de Capital** e verifique-se que ao emagrecimento da fatia correspondente ao Estado-Projetos cofinanciados, corresponde a inevitável obesidade de todos as restantes componentes:

GRÁFICO II
ESTRUTURA DAS RECEITAS CAPITAL
2018

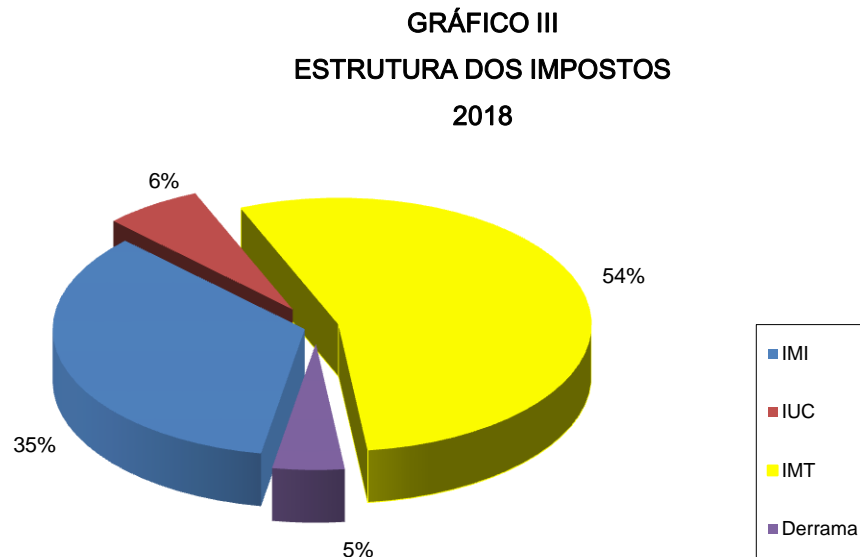


Analisando agora o comportamento dos Impostos Diretos recebidos durante 2018, atente-se nos dados constantes do quadro seguinte:

QUADRO II					
EVOLUÇÃO DOS IMPOSTOS DIRECTOS					
					(em euros)
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	1.938.334,27	1.420.764,08	1.308.445,65	1.357.400,32	1.431.238,70
IUC - Imposto Único de Circulação	234.662,78	227.698,89	230.731,33	245.359,52	260.109,36
IMT - Imp. Municipal Trans.Onerosas	595.359,89	1.296.062,14	1.178.417,05	1.496.148,04	2.253.766,69
Derrama	130.766,35	739,85	0,00	44.890,94	190.927,09
TOT. IMPOSTOS DIRECTOS	2.899.123,29	2.945.264,96	2.717.594,03	3.143.798,82	4.136.041,84

O acréscimo global obtido com este tipo de receita duplicou, sensivelmente, face ao crescimento registado no ano transato, atingindo a significativa expressão de 31,56%. E uma vez mais, e agora de forma mais evidente, o IMT foi o grande responsável pelo acréscimo verificado, representando, agora e pela primeira vez, mais de metade das receitas em **Impostos Diretos**. Realce ainda para o registo da receita da Derrama que, depois de dois anos de quase inexistência, apresenta um valor que é o melhor do quinquénio.

A respetiva estrutura apresenta agora o aspeto transmitido pelo gráfico seguinte:



Apesar da receita de todos os quatro Impostos considerados ter crescido em 2018, não deixa de se salientar que, quanto ao peso estrutural respetivo, só o IMT e a Derrama subiram, tendo o IMI e o IUC minguado.

Depois de analisada a componente da **Receita**, vejamos como ocorreu o comportamento da **Despesa Municipal**, começando por apresentar os valores registados no último quinquénio:

QUADRO III					
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS					
	(em euros)				
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
Despesas com Pessoal	6.750.716,58	7.183.465,00	7.349.950,84	7.465.664,71	7.908.933,27
Aquisição de Bens	1.570.187,14	1.595.482,86	1.503.889,68	1.789.682,19	1.849.608,20
Aquisição de Serviços	3.735.870,61	3.427.009,38	3.551.950,83	3.526.726,47	3.435.305,33
Juros e Outros Encargos	24.941,40	8.590,72	3.216,40	2.177,54	1.576,00
Transferências Correntes	1.239.950,21	1.352.395,82	1.204.395,81	1.130.377,25	1.280.106,03
* Administração Local	244.761,66	230.369,88	272.825,27	301.834,23	351.416,00
* Inst. Sem Fins lucrat.	415.060,72	413.999,03	490.253,44	468.303,01	466.574,54
* Outras Transferências	580.127,83	708.026,91	441.317,10	360.240,01	462.115,49
Outras Despesas Correntes	82.643,94	185.423,42	203.332,28	121.459,68	56.446,18
T. DESPESAS CORRENTES	13.404.309,88	13.752.367,20	13.816.735,84	14.036.087,84	14.531.975,01
Investimento	655.516,04	2.034.838,89	1.054.909,76	1.185.460,66	951.635,73
* Terrenos	0,00	30.000,00	108.390,00	0,00	0,00
* Habitações	619,56	0,00	0,00	0,00	0,00
* Edifícios	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92	371.726,64	250.902,78
* Construções Diversas	0,00	158.451,50	35.082,74	204.919,02	0,00
* Outros investimentos	496.260,44	772.325,82	600.178,10	608.815,00	700.732,95
Bens do domínio público	867.989,37	118.078,76	307.828,93	1.663.104,96	351.814,79
Transferências de Capital	211.848,06	162.598,82	94.704,63	87.432,43	151.998,27
Activos Financeiros	0,00	118.512,00	118.512,00	118.512,00	88.884,00
Passivos Financeiros	110.093,14	69.282,23	61.730,43	61.950,99	32.795,23
Outras Despesas de Capital	103.897,07	0,00	26.313,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS CAPITAL	1.949.343,68	2.503.310,70	1.663.998,75	3.116.461,04	1.577.128,02
TOTAL das DESPESAS	15.353.653,56	16.255.677,90	15.480.734,59	17.152.548,88	16.109.103,03

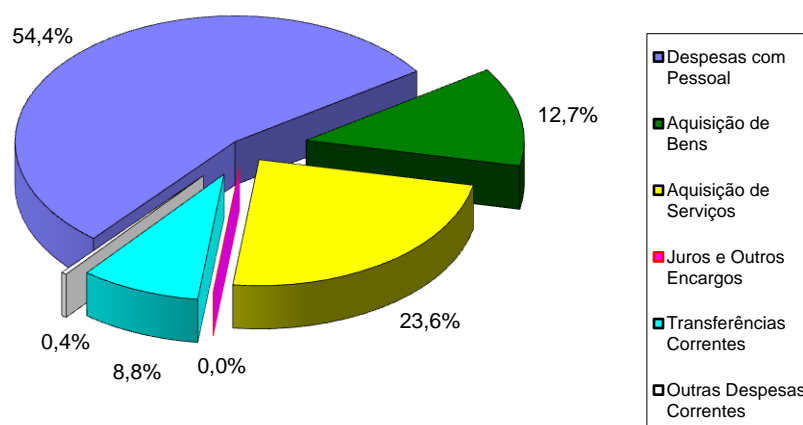
Como já foi referido, a **Receita Municipal** teve um acréscimo de 2,31%. Ao contrário, verificamos que a **Despesa Municipal** apresenta um decréscimo de 6,08%, como resultado dum efeito conjugado das Despesas Correntes que cresceram 3,53% e das Despesas de Capital, que caíram para cerca de metade.

Aprofundando as situações relevantes, do lado das **Despesas Correntes**, destaca-se, do lado dos acréscimos, as Outras Transferências (+28,3%) e as Despesas com Pessoal (+5,9%), esta muito em resultado da reversão de muitos dos constrangimentos que anteriormente lhe tinham sido impostos; já do lado dos decréscimos, destaque para as Outras Despesas Correntes (-53,5%) e para os Juros e Outros Encargos (-27,6%).

Do lado das **Despesas de Capital**, a rubrica responsável pelo decréscimo global verificado foi o investimento em Bens do Domínio Público que atingiu a cifra de -78,8%, em resultado do que já foi referido no final da página 10, uma vez que a maioria dos projetos que ainda não foi possível iniciar ou se iniciaram tardiamente, incidem sobre parcelas do património público municipal.

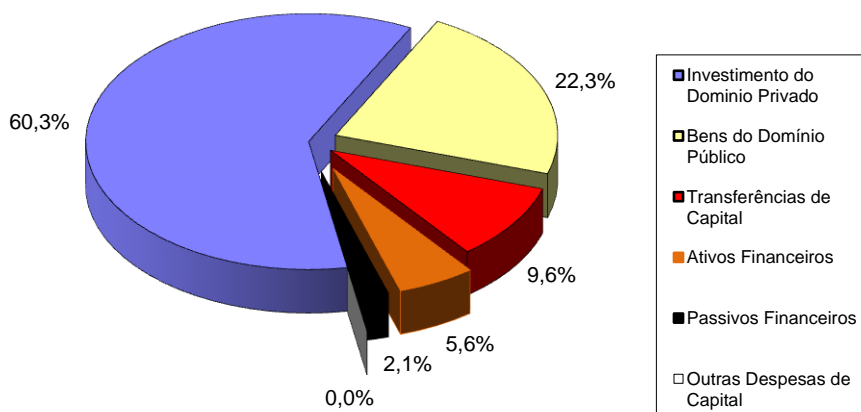
O peso relativo das Despesas Correntes e das Despesas de Capital vem bem evidenciado nos gráficos seguintes:

GRÁFICO IV
ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES
2018



Uma vez mais o peso relativo de cada componente é muito semelhante ao do ano anterior – por exemplo as Despesas com Pessoal estruturalmente subiram 1,2%, enquanto as Aquisições de Serviços, na mesma ótica, desceram 1,5%.

GRÁFICO V
ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL
2018



O gráfico V evidencia de forma muito clara as profundas alterações estruturais ocorridas nesta área da despesa, sendo as três situações mais evidentes as seguintes:

- O *Investimento no Domínio Privado* pulou de 28,0% para os 60,3%;
- O *Investimento no Domínio Público* caiu de 53,4% para os 22,3%;
- As *Transferências de Capital* mais que triplicaram, dos 3,0% para os 9,6%.

Mas, em qualquer das variações ocorridas o fundamento de maior relevância é apenas um e sempre o mesmo: o encolher dos investimentos em espaço público que, sendo financeiramente relevantes, se repercutem para bem além da respectiva área.

Analise-se agora com mais detalhe diversas rubricas das Despesas Correntes, começando pelas **Despesas com Pessoal** que, como já foi referido, cresceram 5,9% e que, como é conhecido, constituem a maior despesa na área corrente. Para tal atente-se nos valores inseridos no quadro seguinte:

QUADRO IV					
DESPESAS COM PESSOAL					
	(em euros)				
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
Memb. Órgãos autárquicos	144.708,02	140.553,82	151.300,95	143.358,90	155.285,48
Pessoal quadros em funções	2.935.538,51	3.363.354,42	3.352.124,42	3.400.633,65	3.702.126,91
Pess. Contratado a termo	5.424,39	6.050,96	18.961,61	8.410,36	0,00
Pess. Reg. Tarefa/Avença	278.858,71	357.745,41	436.248,44	511.927,24	403.197,34
Pess. aguardando aposentação	10.709,35	2.144,36	1.510,11	4.395,39	3.426,87
Pessoal qualq. outra situação	621.533,73	319.367,16	270.264,76	266.169,92	236.417,01
Despesas de representação	37.460,16	37.175,98	37.237,40	37.995,77	38.209,08
Subsidio de Refeição	412.463,35	408.639,61	370.593,30	420.926,79	452.625,30
Sub. Férias e de Natal	583.836,05	634.269,31	648.523,15	654.568,11	718.098,21
Rem. Doença, Mater. e Pater.	49.208,23	94.031,59	69.187,07	88.546,72	82.650,43
Horas Extraordinárias	221.584,68	213.497,29	234.209,11	234.223,47	278.423,23
Ajudas de Custo	24.282,19	42.757,36	41.471,91	28.120,65	29.260,96
Abono para falhas	8.985,15	15.350,02	26.898,24	21.527,02	22.783,62
Sub. de turno	54.009,64	65.864,91	69.170,55	71.456,02	75.637,22
Indemn. cessação de funções	1.332,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Supl. e prémios	15.916,59	14.315,21	15.872,32	14.491,48	17.290,19
Encargos com a saúde	141.498,44	176.280,71	296.920,44	230.558,46	251.921,95
Outros encargos com a saúde	35.165,23	47.596,34	45.214,21	44.604,91	37.617,71
Subs. Familiar crianças/jovens	37.627,94	33.428,67	40.446,46	37.382,81	44.156,99
Outras prest. Familiares	0,00	0,00	2.566,80	8.723,46	4.708,87
Contribuições CGA	728.267,64	763.181,99	758.684,26	744.062,63	732.791,44
Contribuições regime geral	217.441,37	385.197,07	391.217,45	421.167,11	513.371,01
Outras cont. para a seg. social	122.524,39	0,00	8.919,63	11.812,15	13.237,41
Acidentes em serv./Doenç. pro.	0,00	5.807,88	2.117,60	8.150,58	31.809,42
Outras pensões	11.296,06	4.805,55	8.532,37	0,00	0,00
Seguros	37.045,50	39.916,76	49.057,23	50.708,06	59.130,35
Outras despesas seg. social	13.999,16	12.132,72	2.701,05	1.743,05	4.756,27
Deslocações e estadas	5.691,57	6.328,15	6.055,10	4.892,12	2.125,33
TOTAL DESPESAS c/Pessoal	6.756.408,15	7.189.793,25	7.356.005,94	7.470.558,83	7.911.058,60

Esclareça-se desde já que o valor global apresentado no quadro supra é diferente do total da classe económica 01, uma vez que se entendeu dever anexar uma rubrica do grupo das aquisições de serviços, no caso a rubrica Deslocações e Estadas.

Se analisarmos os valores inseridos no Quadro IV, com um critério mais fino que o utilizado nos dois exercícios precedentes – a saber, detalhar as rubricas que, cumulativamente, apresentem uma variação final de, pelo menos, 25 mil euros e uma alteração de, pelo menos, 10% - verificaríamos que apenas quatro rubricas preenchem aqueles requisitos: o Pessoal em regime de Tarefa e Avença que diminuiu

21,24%, equivalentes a menos 108.729,90€; o Pessoal em Qualquer Outra Situação que baixou 11,18% equivalentes a 29.752,91€; as Horas Extraordinárias que subiram 18,87%, equivalentes a mais 44.199,76€ e as Contribuições Regime Geral que igualmente registaram uma subida de 21,89%, equivalente a 92.203,90€.

As variações elencadas são a expressão financeira de um conjunto de iniciativas resultantes do alívio legal operado com incidência na área da função pública, de que se destaca:

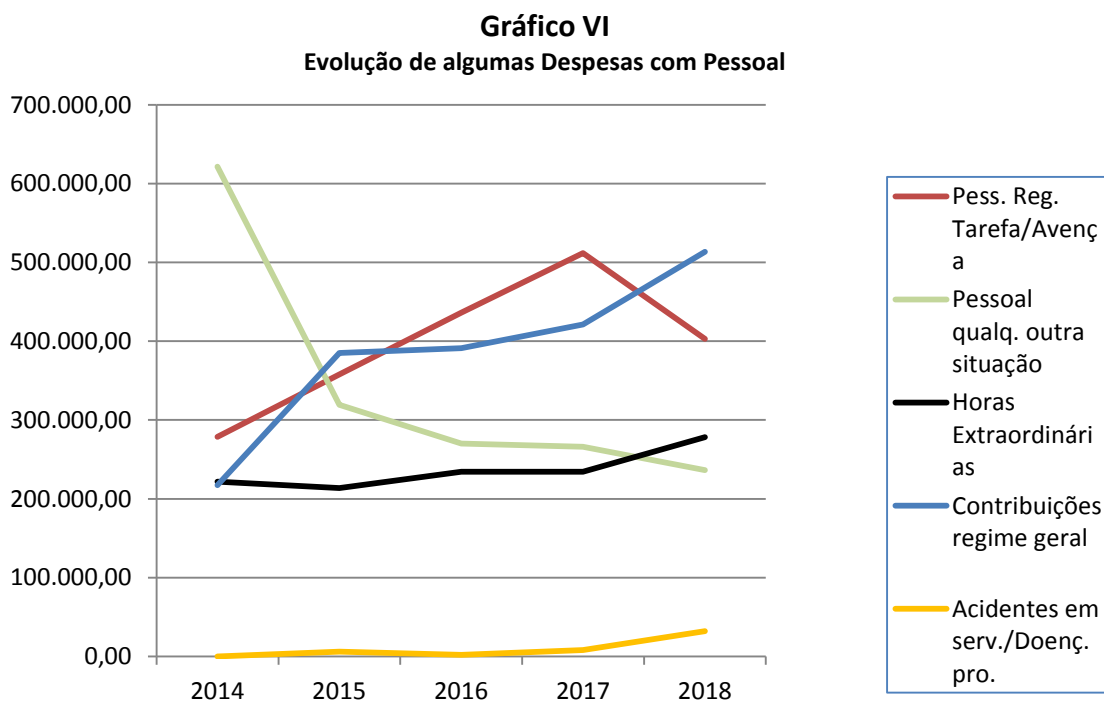
- O aumento do salário mínimo nacional;
- O descongelamento de diversas carreiras;
- A integração dos chamados vínculos precários.

O valor alcançado pela rubrica *Pessoal do quadro em funções* porventura terá alcançado o maior valor de despesa nos anos mais próximos, em resultado da progressiva abertura que a legislação que vem sendo publicada nesta área tem vindo a consagrar e igualmente porque, exceccionalmente, em 2018 foi permitido resolver de forma mais adequada o vínculo de mais de duas dezenas de pessoas.

Destaque ainda para a circunstância de, em 2018, não ter havido qualquer contratado a prazo.

Ainda uma palavra para distinguir o valor atingido com o somatório das contribuições para a CGA e para a Segurança Social, que continuam a atingir mais de 15% das Despesas com Pessoal.

O gráfico VI, a seguir inserido, permite visualizar, noutra perspetiva, as quatro rubricas referidas anteriormente, acrescida da situação dos Acidentes em Serviço e Doenças Profissionais, facilitando-se assim uma leitura diferente destas componentes, ao longo dos últimos cinco anos:



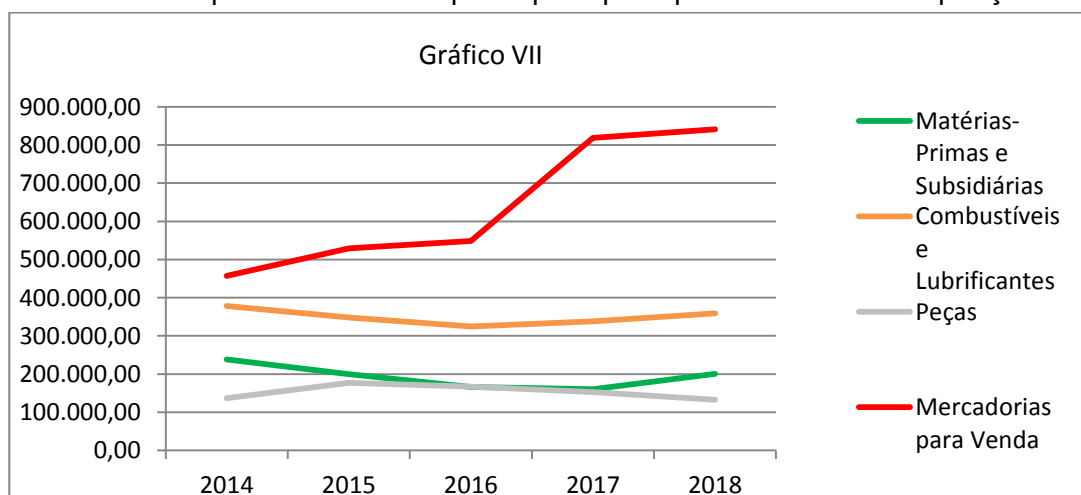
As parcelas relativas às Aquisições de Bens e Serviços, em 2018, representaram mais de 36% do conjunto das Despesas Correntes. Parece assim adequado aprofundar melhor estas duas áreas. Vejam-se os valores inscritos no quadro V, onde se espelha a evolução da Aquisição de Bens ao longo dos últimos 5 anos:

QUADRO V					
AQUISIÇÃO DE BENS					
	(em euros)				
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
Matérias-primas e subsidiárias	238.384,31	199.736,79	166.449,73	160.725,14	200.916,77
Combustíveis e Lubrificantes	378.056,52	347.986,99	325.022,46	338.516,04	359.414,27
Limpeza e higiene	74.817,65	25.346,16	29.818,38	35.302,40	33.166,33
Alimentação	42.016,30	45.456,60	47.223,90	54.778,61	56.698,19
Vestuário	13.927,74	27.835,11	38.718,98	68.491,27	36.495,73
Material de escritório	28.603,34	36.661,16	29.026,56	25.517,87	21.673,90
Prod. químicos/farmacêuticos	36.632,30	38.908,90	33.696,22	24.154,10	32.090,97
Peças	136.800,00	176.910,55	167.055,24	152.524,07	133.024,07
Mercadoria para venda	457.433,97	529.313,47	548.850,36	818.813,36	840.849,25
Ferramentas e utensílios	1.832,44	5.463,51	7.532,07	8.232,50	5.576,80
Material de educação e cultura	24.795,82	46.861,10	24.502,73	24.995,84	28.927,66
Outros bens	136.886,75	115.002,52	85.993,05	77.630,99	100.774,26
Total	1.570.187,14	1.595.482,86	1.503.889,68	1.789.682,19	1.849.608,20

Depois de, 2016 para 2017, as Aquisições de Bens terem subido 19,0%, o acréscimo, de 2017 para 2018, ficou-se pelos 3,3%. Em termos de peso relativo apenas três componentes são responsáveis por mais de 75% do total das aquisições de bens, a saber:

- Mercadorias para Venda com 45,46%;
- Combustíveis e Lubrificantes com 19,43%;
- Matérias-Primas e Subsidiárias com 10,86%.

O gráfico VII ilustra bem o peso relativo das quatro principais que se referem às Aquisições de Bens:



Realizando agora idêntica leitura no que respeita às Aquisições de Serviços, atente-se nos valores inseridos no quadro VI:

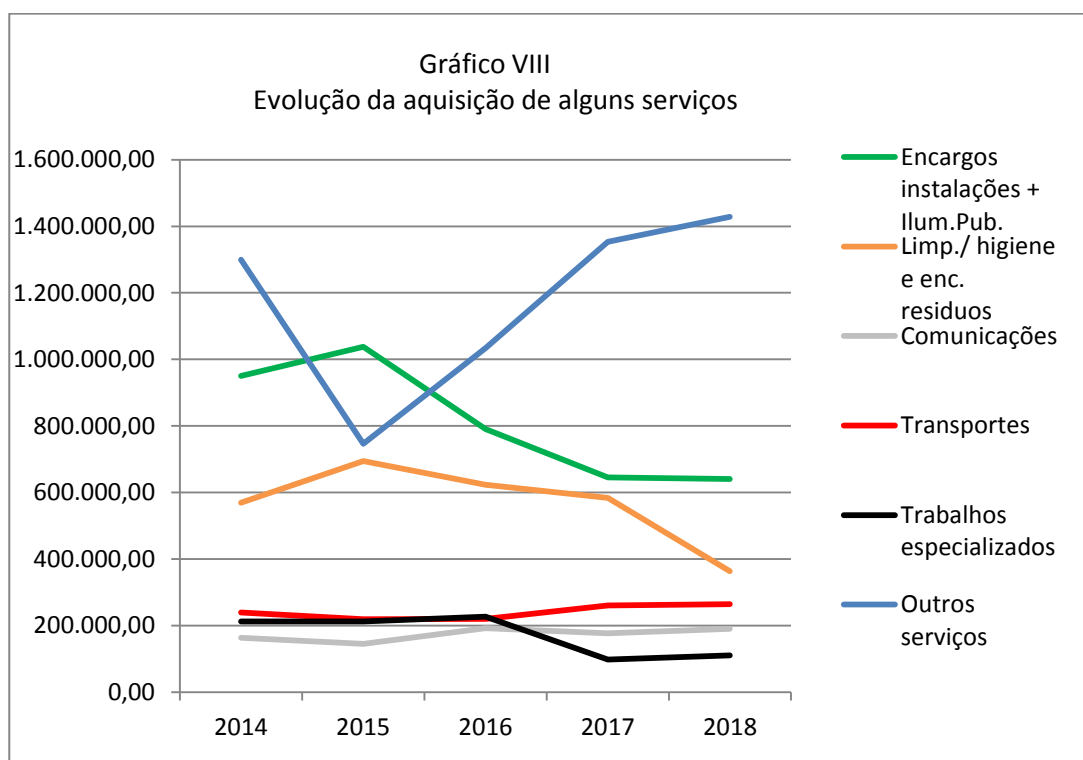
QUADRO VI					
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS					
					(em euros)
	2014	2015	2016	2017	2018
Encarg. instalações + Ilum.Pub.	950.610,33	1.037.570,37	790.932,93	644.922,14	640.004,64
Limp./ higiene e enc. resíduos	569.357,21	694.065,91	623.277,97	584.138,38	363.182,53
Conservação de bens	130.687,05	125.069,08	173.047,13	184.331,57	155.054,34
Comunicações	163.616,20	145.403,61	192.221,33	176.625,54	190.618,41
Transportes	239.302,85	219.478,49	219.976,69	260.458,00	264.671,86
Estudos e pareceres	5.381,25	54.200,00	140.491,09	53.224,88	107.517,90
Publicidade	43.665,83	44.754,16	36.195,63	34.851,74	27.732,49
Assistência técnica	33.127,15	59.225,92	46.648,61	56.586,91	49.222,33
Trabalhos especializados	212.383,94	212.549,34	227.013,18	98.087,45	110.128,22
Encargos de cobrança	88.468,51	88.388,79	68.367,29	79.911,67	98.711,62
Outros serviços	1.299.270,29	746.303,71	1.033.778,98	1.353.588,19	1.428.460,99
Total	3.735.870,61	3.427.009,38	3.551.950,83	3.526.726,47	3.435.305,33

Depois de uma pequena quebra de 2016 para 2017 (-0,71%), em 2018 acentuou-se essa tendência registando-se agora novo decréscimo (- 2,59%).

Cada componente sofreu variações, por vezes significativas, que terão a sua explicação própria e que seria fastidioso aqui tratar individualmente. No entanto três situações merecem-nos destaque:

- O considerável decréscimo das despesas na aquisição de serviços com a Limpeza, Higiene e Encaminhamento de Resíduos;
- A considerável subida dos Encargos de Cobrança, que está na razão direta das Receitas de Impostos Diretos;
- A manutenção, ainda assim com novo pequeno decréscimo, dos encargos energéticos, tão mais importante quanto esta despesa tem um peso significativo nas Aquisições de Serviços, ainda em conformidade com os fundamentos aduzidos no Relatório homólogo precedente.

Para uma melhor leitura da evolução anual atente-se no gráfico VIII seguinte, onde vão espelhados algumas das rubricas em causa:



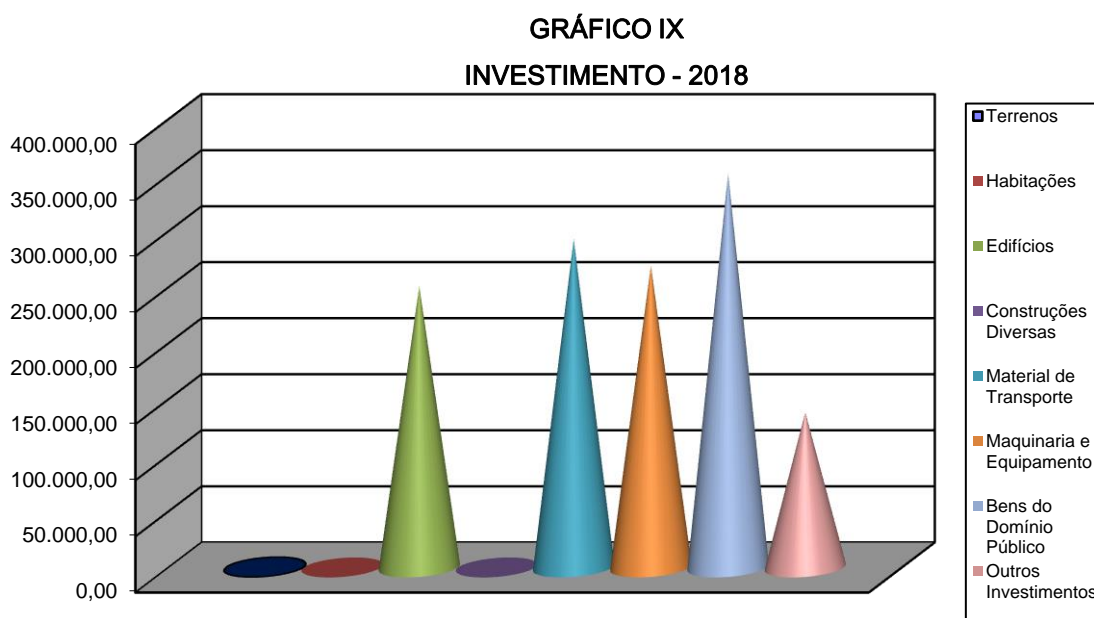
Deixando agora a área das Despesas Correntes, atentemos nas componentes das Despesas de Capital, começando pela análise relativa ao Investimento, porventura a integrante de maior relevância. Vejamos então os valores inscritos no quadro VII:

QUADRO VII					
EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO					
	(em euros)				
Anos	2014	2015	2016	2017	2018
Rubricas					
Terrenos	0,00	30.000,00	108.390,00	0,00	0,00
Habitações	619,56	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	158.636,04	1.074.061,57	311.258,92	371.726,64	250.902,78
Construções Diversas	0,00	158.451,50	35.082,74	204.919,02	0,00
Material de Transporte	123.098,05	321.791,59	266.679,37	295.067,01	292.975,51
Maquinaria e Equipamento	299.781,69	312.029,99	160.349,13	124.601,49	269.337,74
Bens do Domínio Público	867.989,37	118.512,00	307.828,93	1.663.104,96	351.814,79
Outros Investimentos	73.380,70	138.504,24	173.149,60	189.146,50	138.419,70
INVESTIMENTOS TOTAIS	1.523.505,41	2.153.350,89	1.362.738,69	2.848.565,62	1.303.450,52

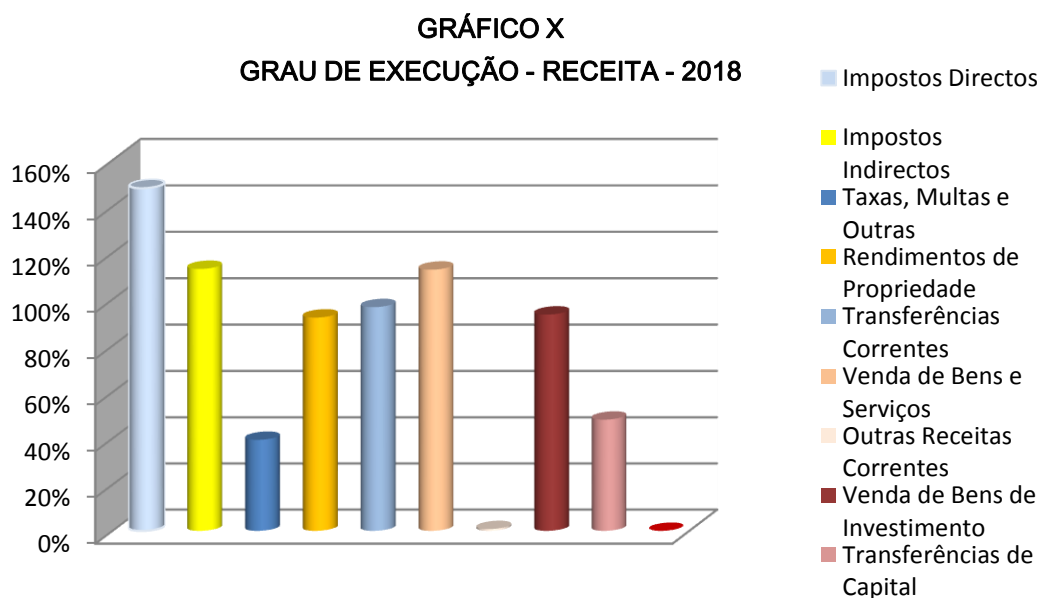
O valor final é o mais baixo do quinquênio considerado e os motivos já antes foram enunciados – concursos desertos, tempo de espera para a concessão de visto prévio. Este é um risco que se corre quando se procura maximizar as participações financeiras europeias, projetando Investimentos “pesados” que, ao não serem executados de acordo com o respetivo cronograma de execução, influenciam decisivamente (e negativamente) os resultados finais. Nestas circunstâncias os valores finais

do Investimento são, em boa parte, o resultado da capacidade financeira própria da Autarquia que, como é conhecido, não é propriamente elevada.

Ainda assim, uma breve referência à manutenção da rubrica Bens do Domínio Público, como o principal destino dos Investimentos municipais efetuados, como se pode confirmar no gráfico IX que a seguir se apresenta:



Ao longo das páginas anteriores referimo-nos aos resultados financeiros obtidos pelo município no exercício em apreço. Chegou agora o momento de conferir as previsões corrigidas e os resultados alcançados. Considerem-se os dados referidos nos gráficos X e XI, onde se dá conta do grau de execução obtido, quer nas Receitas, quer nas Despesas, em função das desagregações consideradas:

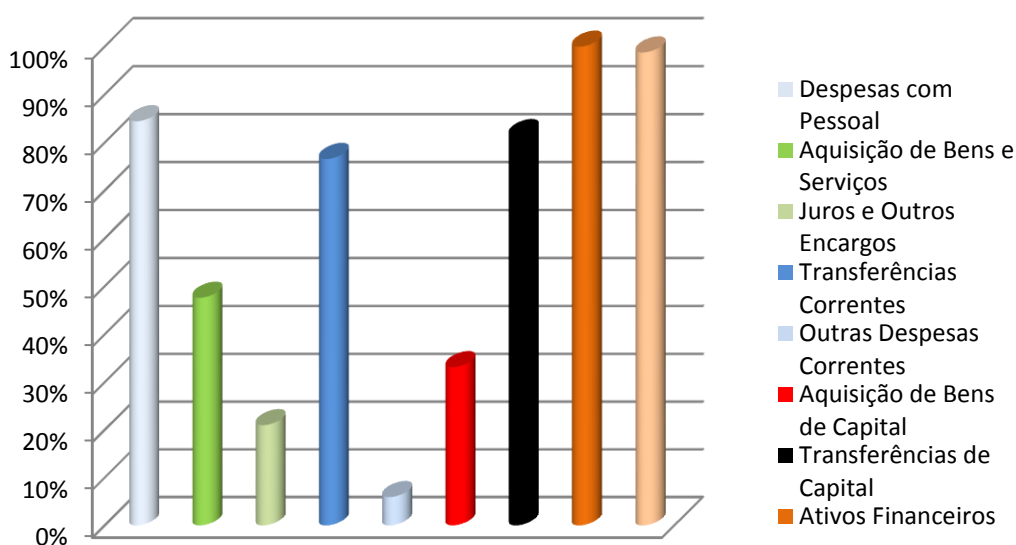


Globalmente o grau de execução da Receita foi de 70,1% dos valores previstos e corrigidos, superior ao do ano transato. No exercício em apreço três componentes ultrapassaram o total da execução corrigida prevista, uma delas de forma expressiva – os Impostos Diretos. Os outros dois casos foram os Impostos Indiretos e a Venda de Bens e Serviços.

No gráfico supra os tons vermelhos correspondem à área de capital e os tons azuis e amarelos à área corrente.

Veja-se agora idêntico gráfico, mas do lado da Despesa:

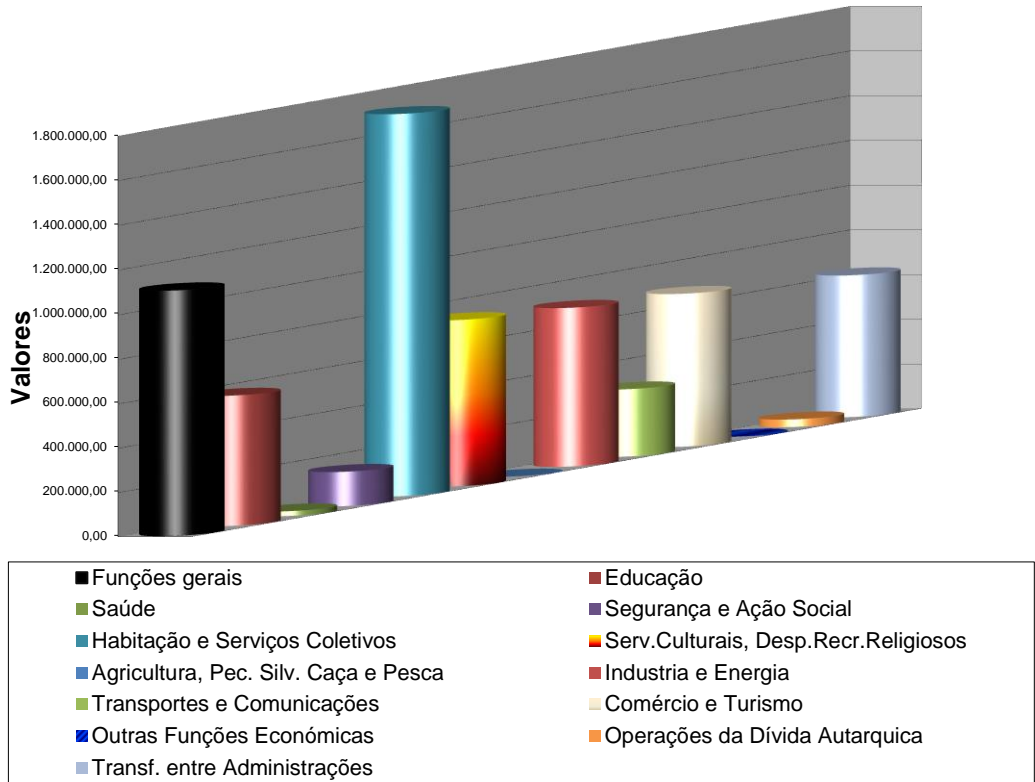
**GRÁFICO XI
GRAU DE EXECUÇÃO - DESPESA -**



Nesta área das Despesas o grau de execução ficou-se por 58,9%, ligeiramente melhor que no ano transato, em resultado dum grau de execução da Despesa Corrente de 62,9% e dum grau de execução da Despesa de Capital de apenas 37,2%. Os tons vermelhos e preto referem-se, no gráfico, às Despesas de Capital. Naturalmente e como é sabido e já anteriormente se tinha esclarecido, nesta área não é legalmente possível ir além do orçamento corrigido, ou seja o grau de execução nunca pode ser superior a 100%.

Finalmente, o gráfico XII dá-nos a perspetiva visual da forma como a execução orçamental onerou as diversas funções cometidas a esta autarquia, mantendo-se, tal como no ano transato, o agregado Habitação e Serviços Coletivos como o principal destino dos recursos financeiros desta Autarquia, agora seguida das Funções Gerais:

GRÁFICO XII
SÍNTESE DA SITUAÇÃO FUNCIONAL



ANÁLISE NA ÓTICA PATRIMONIAL

O controlo e a transparência da atividade financeira e das relações financeiras das autarquias constituem objetivos e princípios definidos pelo POCAL, bem como pelo Tribunal de Contas que através das Instruções nº 1/2019 - Plenário Geral, publicadas na IIª Série do Diário da República nº 46/2019 de 6 de março, incluem nos documentos de prestação de contas a serem apresentados, informação financeira, patrimonial e económica.

O Balanço, a Demonstração de Resultados e respetivos anexos constituem os principais mapas do sistema de contabilidade patrimonial, que se baseia no princípio da especialização do exercício.

Se por um lado, a execução orçamental reflete os comportamentos da receita e da despesa do exercício económico, por outro lado, o Balanço e a Demonstração de Resultados dão a conhecer a atividade do município a nível patrimonial, ou seja, demonstram os seus bens, direitos e obrigações.

A presente análise tem como suporte o Balanço e as Demonstrações Financeiras do município de Alcácer do Sal referentes ao exercício de 2018 e procura refletir a situação financeira e patrimonial, comparando o ativo e o passivo para apurar o valor e natureza dos Fundos Próprios, ou seja, a situação líquida do município.

Para uma melhor compreensão das rubricas a analisar neste relatório, apresentamos a definição de alguns conceitos contabilísticos.

O **Balanço** é o mapa contabilístico que relata a posição financeira e patrimonial de uma entidade reportado ao final de um exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios da entidade.

A comparação entre o ativo e o passivo dá-nos a conhecer o valor e a natureza da situação líquida, evidenciando a situação patrimonial da organização, ou seja, o conjunto de bens, direitos e obrigações que lhe estão afetos.

O **Ativo** corresponde à componente positiva do balanço patrimonial de uma autarquia. Conforme modelo definido pelo POCAL, do ativo obtém-se informação do valor bruto (AB), dos ajustamentos e desgastes acumulados (AP) e do valor líquido (AL), referentes ao exercício em análise, bem como do valor líquido do ano anterior.

O ativo é o conjunto dos bens e direitos da entidade, sendo esta massa patrimonial dividida em três grupos:

Ativo Circulante, que corresponde aos meios monetários (disponibilidades) e outros elementos do ativo que se preveem ser transformados em meios monetários no prazo de um ano, (existências e dívidas a receber);

Ativo Fixo, que corresponde aos elementos do ativo que permanecem na entidade por períodos superiores a um ano, sendo constituído pelo imobilizado (bens do domínio público, corpóreo, incorpóreo e financeiro) e eventualmente dívidas a receber de médio e longo prazo;

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a custos diferidos e a acréscimo de proveitos, por obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

O **Passivo** representa as obrigações do município provenientes da sua atividade, correspondem à componente negativa do balanço da autarquia, sendo constituído por três grandes áreas componentes:

Passivo circulante, constituído pelas obrigações que se vencem no prazo de um ano, (dívidas a fornecedores, Estado, etc.);

Passivo de médio e longo prazo, corresponde às obrigações que se vencem num prazo superior a um ano, (normalmente dívidas a instituições de crédito);

Acréscimos e Diferimentos, que correspondem a proveitos diferidos e a acréscimos de custos, também em obediência ao princípio contabilístico da especialização do exercício.

Os **Fundos Próprios** representam a diferença entre o Ativo e o Passivo de uma entidade numa determinada data, neste caso no fim do exercício de 2018, os quais também se podem designar por “Património Líquido”.

Traduzem portanto, o conjunto de todos os bens e direitos deduzidos das obrigações da entidade, englobando o património da autarquia, bem como as reservas e os resultados transitados.

Assim, o **Balanço** reportado ao encerramento do exercício económico de 2018 é o mapa contabilístico que reflete a posição financeira e patrimonial do município naquele momento.

Análise da Estrutura do Balanço

Como já foi referido, do ativo fazem parte todos os bens e direitos ao dispor do município, que são apresentados segundo a sua natureza e por ordem crescente de liquidez, com referência ao imobilizado, às existências, às dívidas de terceiros, às disponibilidades e aos acréscimos de proveitos.

São ainda componentes do balanço, os fundos próprios e o passivo, sendo que, os fundos próprios representam o património da autarquia, constituído por todo o património inicial apurado à data da entrada em vigor do POCAL, mais o património registado nos exercícios seguintes, bem como do

património criado em função do nível de atividade económica da autarquia e apurado através do resultado líquido do exercício; relativamente ao passivo, este representa o conjunto de todas as obrigações do município para com terceiros e está organizado de acordo com os prazos de exigibilidade da dívida, a começar pela de médio e longo prazo, seguida da de curto prazo.

Balanço em 31 de dezembro de 2018				
Designação	2018	%	2017	%
ATIVO				
Ativo Fixo	55.156.175,93 €	81,44%	56.507.285,50 €	84,45%
Imobilizado	55.156.175,93 €		56.507.285,50 €	
Ativo Circulante	10.813.295,86 €	15,97%	8.632.545,10 €	12,90%
Existências	339.118,24 €		324.182,05 €	
Dívidas de Terceiros	7.165.951,99 €		6.415.251,33 €	
Disponibilidades	3.308.225,63 €		1.893.111,72 €	
Acréscimos e diferimentos	1.754.816,22 €	2,59%	1.772.255,51 €	2,65%
TOTAL	67.724.288,01 €	100,00%	66.912.086,11 €	100,00%
Fundos Próprios	49.309.005,21 €	72,81%	48.482.809,25 €	72,46%
Património	45.687.197,05 €		45.429.505,08 €	
Reservas	825.910,77 €		825.910,77 €	
Subsídios	397.628,02 €		397.628,02 €	
Doações	308.773,61 €		308.773,61 €	
Resultados transitados	1.418.074,07 €		1.855.764,87 €	
Resultados líquidos	671.421,69 €		-334.773,10 €	
Passivo	1.054.991,05 €	1,56%	1.917.576,41 €	2,87%
Provisões para riscos e encargos	0,00 €		219.333,99 €	
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	165.579,56 €		524.280,13 €	
Dívidas a terceiros - curto prazo	889.411,49 €		1.173.962,29 €	
Acréscimos e diferimentos	17.360.291,75 €	25,63%	16.511.700,45 €	24,68%
TOTAL	67.724.288,01 €	100,00%	66.912.086,11 €	100,00%

Estrutura do Ativo

A composição do ativo da autarquia mostra que o Imobilizado, enquanto única rubrica do ativo fixo do município, absorve cerca de 81% do total do seu valor. O peso muito significativo que o Imobilizado detém neste município é uma característica verificada ao longo dos anos, embora se verifique uma ligeira redução de 2017 para 2018.

A evolução do peso da rubrica de Imobilizado face ao período homólogo foi negativa em 3%, registando, uma descida de cerca de 1.351 mil euros.

O Ativo do município apresenta um aumento na ordem de 812 mil euros no ano 2018, revelando-se determinante o aumento nas rubricas do Ativo Circulante em mais de 2.180 mil euros, salientando-se as Dívidas de Terceiros em mais de 750 mil euros e as Disponibilidades em mais de 1.415 mil euros, que mais que compensaram a descida na rubrica do Imobilizado em 1.351 mil euros.

O ativo circulante tem um peso de quase 16% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades, e apresenta um peso percentual superior ao ano 2017 em 3%, o que, em valor absoluto representa um incremento de cerca de 2.180 mil euros.

As disponibilidades finais ascendem a 3.308.225,63€, dos quais 3.067.826,71€ se referem a operações orçamentais, e que agora se propõe serem incorporados nas receitas de 2019 na rubrica Saldo para a gerência seguinte.

No que concerne à rubrica dívidas de terceiros, o aumento verificado ficou a dever-se essencialmente aos direitos a receber relacionados com os seguintes projetos:

- a) Requalificação da Escola Básica n.º1 de Alcácer do Sal (Telheiros), e
 - b) Reabilitação do Edifício da Oficina da Criança,
- ambos candidatados no âmbito do Programa Alentejo 2020.

Estrutura do Passivo e Fundos Próprios

Relativamente à estrutura do Passivo, as dívidas a terceiros estão desagregadas conforme o prazo de exigibilidade.

O passivo diminuiu cerca de 863 mil euros face a 2017, sobretudo por reflexo das seguintes situações:

- a) Reversão das provisões para riscos e encargos de processos judiciais no valor de cerca de 219 mil euros, constituída em 2017 que ocorreu pelo término do processo relativo à qualificação de um caminho municipal (CM10), como caminho público, com decisão de não responsabilização financeira do município de Alcácer do Sal;

b) Também com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 foi alterado o artigo 19º da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto, através do qual a subscrição do capital do FAM foi modificada por dedução dos montantes anuais a realizar pelos municípios, nomeadamente 25% em 2018; 50% em 2019; 75% em 2020 e 100% em 2021, o que representou para o município de Alcácer do Sal uma redução do capital inicial a subscrever no montante de 296.277,34€;

c) Bem como uma generalizada diminuição da dívida a terceiros de curto prazo que perfaz um valor de cerca de 284 mil euros.

No que respeita a Fundos Próprios, o RLE de 2018 apresenta um valor positivo de 671.421,69€, recuperando face a 2017 cerca de 1.006 mil euros. Este diferencial resulta essencialmente do aumento significativo dos resultados operacionais do município.

Ainda que se tenha verificado um aumento nos custos operacionais face a 2017, cerca de 1,42%, os proveitos operacionais em 2018, face ao período homólogo, tiveram uma variação positiva de 7,10%, o que em valor absoluto se traduz num aumento em cerca de 1.079 mil euros.

Este aumento, ainda que generalizado nas rubricas de proveitos operacionais, incidiu principalmente sobre a rubrica Impostos e Taxas, por força principalmente, de um aumento efetivo do IMT.

Apresentação de alguns rácios económico-financeiros:

RÁCIOS ECONÓMICO-FINANCEIROS	Ano %	
	2018	2017
LIQUIDEZ GERAL		
Ativo circulante/Passivo de curto prazo	12,16	7,35
ENDIVIDAMENTO		
Dividas a terceiros/Fundos Próprios e passivo	2,09%	3,80%
AUTONOMIA FINANCEIRA		
Fundos Próprios/Ativo total	72,81%	72,46%
GRAU DE COBERTURA DO IMOBILIZADO		
Capitais Permanentes/Ativo fixo	89,70%	86,73%

Análise da Liquidez

Os indicadores retratam a capacidade da autarquia para solver as suas obrigações a curto prazo (1 ano) determinando em que grau o ativo circulante oferece cobertura ao exigível a curto prazo.

O rácio de Liquidez Geral mede a capacidade que o município possui para cumprir as suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste à solvabilidade de curto prazo da autarquia.

Este indicador demonstra em que medida o passivo de curto prazo está coberto pelos ativos que se esperam vir a ser convertidos em meios financeiros líquidos num período supostamente correspondente ao do vencimento das dívidas de curto prazo.

É desejável que este rácio ultrapasse pelo menos o valor de “um”, significando dessa forma, que a autarquia tem pelo menos ativos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

Pelos valores demonstrados no quadro anterior de Rácios Económicos e Financeiros, verificamos que o município de Alcácer não demonstra dificuldades para satisfazer os seus compromissos de curto prazo uma vez que o rácio apresenta um valor “doze” vezes superior ao valor mínimo de referência, cifrando-se em 12,16, em resultado de um crescimento, face a 2017, de 4,81.

O rácio do Endividamento indica qual a proporção que o município utiliza de capital alheio no financiamento da sua atividade. Relativamente a 2017 este rácio diminuiu, passando de 3,08% para 2,09%, melhorando a respetiva situação.

O rácio da Autonomia Financeira permite analisar em que percentagem é que o ativo do município se encontra a ser financiado por capitais próprios. Pelos valores apostos no quadro supra, concluímos que o rácio de autonomia financeira do município em 2018 subiu ligeiramente face ao registado em 2017 – passando de 72,46% para 72,81% mantendo a tendência deste indicador.

O rácio do Grau de Cobertura do Imobilizado cresceu em 2018, permitindo concluir que o ativo fixo em 2018 foi financiado em 89,70% por capitais permanentes – já em 2017, o indicador homólogo registou o valor de 86,73%.

Todos os rácios melhoraram face a 2017, muito por força do crescimento do Ativo Municipal, e da diminuição do Passivo, situações às quais já se fez referência.

Ativo

Durante o exercício de 2018 ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de imobilizações:

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto)							
Ano: 2018							
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações + Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Sinistros+ Abates+ Transferências	Saldo Final	
451	Terrenos e recursos naturais	347.949,64 €	0,00 €	322.906,12 €	0,00 €	0,00 €	670.855,76 €
452	Edifícios	59.772,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	59.772,00 €
453	Outras construções e infraestruturas	43.017.208,55 €	-6.502,30 €	4.881,87 €	0,00 €	1.236.850,24 €	44.252.438,36 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	33.108,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	33.108,26 €
459	Outros bens de domínio público	182.229,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182.229,48 €
445	Imobilizações em curso	1.183.343,41 €	-54.626,95 €	266.146,64 €	0,00 €	-1.236.850,24 €	158.012,86 €
446	Adiantamentos por conta de bens domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		44.823.611,34 €	-61.129,25 €	593.934,63 €	0,00 €	100.890,26 €	45.356.416,72 €
431	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
432	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
433	Propriedade industrial e outros direitos	167.200,31 €	0,00 €	528,90 €	0,00 €	0,00 €	167.729,21 €
443	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
449	Adiantamentos por conta imob. incorpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		167.200,31 €	0,00 €	528,90 €	0,00 €	0,00 €	167.729,21 €
421	Terrenos e recursos naturais	18.487.094,50 €	46.421,00 €	10.960,00 €	113.580,67 €	-537.026,18 €	17.893.868,65 €
422	Edifícios e outras construções	33.086.131,56 €	151.249,00 €	0,00 €	89.055,00 €	61.284,75 €	33.209.610,31 €
423	Equipamento básico	2.830.832,83 €	1.255,10 €	200.377,45 €	0,00 €	-33.148,66 €	2.999.316,72 €
424	Equipamento de transporte	4.155.521,45 €	0,00 €	326.923,52 €	0,00 €	-57.478,36 €	4.424.966,61 €
425	Ferramentas e utensílios	484.871,41 €	0,00 €	12.851,37 €	0,00 €	-4.456,55 €	493.266,23 €
426	Equipamento administrativo	648.793,49 €	0,00 €	5.039,67 €	0,00 €	-252,76 €	653.580,40 €
427	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
429	Outras imobilizações corpóreas	1.437.611,73 €	7.481,97 €	130.564,36 €	0,00 €	-951,80 €	1.574.706,26 €
442	Imobilizações em curso	284.830,61 €	14.054,13 €	244.176,63 €	0,00 €	-63.960,29 €	479.101,08 €
448	Adiantamentos por conta imob. corpóreas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		61.415.687,58 €	220.461,20 €	930.893,00 €	202.635,67 €	-635.989,85 €	61.728.416,26 €
4112	Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4122	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	829.581,34 €	-296.277,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	533.304,00 €
4141	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	997.921,77 €	72.270,00 €	0,00 €	0,00 €	192.993,94 €	1.263.185,71 €
4142	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	138.808,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	138.808,24 €
4151	Outras aplic. financeiras - Dep. em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4152	Outras aplic. financeiras - T. dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4153	Outras aplic. financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
441	Imobilizações em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
447	Adiantamentos por conta invest. financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		1.966.311,35 €	-224.007,34 €	0,00 €	0,00 €	192.993,94 €	1.935.297,95 €

O Imobilizado Bruto do município registou em 2018 um aumento de 815.049,56€ face a 2017.

Amortizações e Provisões

Ano: 2018					
Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
4851	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4852	Edifícios	3.336,83 €	747,15 €	0,00 €	4.083,98 €
4853	Outras construções e infraestruturas	31.659.195,64 €	1.124.615,76 €	0,00 €	32.783.811,40 €
4855	Bens do património histórico, artístico e cultural	14.843,58 €	1.521,19 €	0,00 €	16.364,77 €
4859	Outros bens de domínio público	119.389,33 €	9.306,43 €	0,00 €	128.695,76 €
Total		31.796.765,38 €	1.136.190,53 €	0,00 €	32.932.955,91 €
4831	Despesas de instalação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4832	Despesas investigação e desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4833	Propriedade industrial e outros direitos	162.264,71 €	4.680,56 €	0,00 €	166.945,27 €
Total		162.264,71 €	4.680,56 €	0,00 €	166.945,27 €
4821	Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48221	Edifícios	4.818.215,26 €	423.068,73 €	19.364,61 €	5.221.919,38 €
48222	Outras construções	7.519.826,66 €	239.974,68 €	2.675,54 €	7.757.125,80 €
4823	Equipamento básico	2.493.415,18 €	151.952,80 €	33.148,66 €	2.612.219,32 €
4824	Equipamento de transporte	3.305.341,62 €	210.713,40 €	57.478,36 €	3.458.576,66 €
4825	Ferramentas e utensílios	415.000,04 €	21.632,37 €	4.265,55 €	432.366,86 €
4826	Equipamento administrativo	505.976,97 €	5.562,91 €	252,76 €	511.287,12 €
4827	Taras e vasilhame	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4829	Outras imobilizações corpóreas	816.032,03 €	87.912,82 €	1.284,93 €	902.659,92 €
Total		19.873.807,76 €	1.140.817,71 €	118.470,41 €	20.896.155,06 €
491	Investimentos financeiros - Partes de capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
492	Investimentos financeiros - Obrigações e títulos de participação - FAM	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4811	Investimentos em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
48121	Investimentos em imóveis - Edifícios e outras construções	32.687,23 €	2.940,74 €	0,00 €	35.627,97 €
4951	Outras aplicações financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4952	Outras aplicações financeiras - Títulos de dívida pública	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
4953	Outras aplicações financeiras - Outros títulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total		32.687,23 €	2.940,74 €	0,00 €	35.627,97 €

As amortizações do exercício registaram um valor inferior em 35.627,97€ face ao registado no ano anterior. Em 2018 as amortizações do exercício apresentam o valor de 2.281.688,80€.

O desenvolvimento e fundamentos referentes aos quadros supra, encontram-se nas “Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados”.

Evolução das Dívidas de Terceiros de Curto Prazo

As dívidas de terceiros de curto prazo têm a seguinte composição:

Dívidas de terceiros - curto prazo	2018	2017	Variação %
Clientes, contribuintes, utentes	340.014,74 €	552.894,34 €	-38,50%
Estado e outros entes públicos	109.442,91 €	106.760,15 €	2,51%
Devedores e Credores Diversos - Rendas	0,00 €	0,00 €	-
Credores Transferências - Autarquias Locais	0,00 €	0,00 €	-
Outros devedores	6.716.494,34 €	5.755.596,84 €	16,70%
Administração Autárquica	0,00 €	0,00 €	-
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	0,00 €	-
Total	7.165.951,99 €	6.415.251,33 €	11,70%

Neste capítulo surge uma significativa variação na rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes que face a 2017 regista uma diminuição de 38,50%. A diminuição desta rubrica no valor de 212.879,60€, deve-se essencialmente à faturação relativa à renda de Concessão à EDP do 4º trimestre de 2018, cujo recebimento ocorreu apenas em janeiro de 2019, ao contrário do que sucedeu no ano transato, em que o recebimento ocorreu nesse mesmo ano.

A rubrica Estado e Outros entes Públicos apresenta um aumento de 2,51% referente a IVA a recuperar acumulado no final do 4º trimestre de 2018, e a reportar para o período seguinte.

Temos também uma variação positiva de 16,70% na rubrica Outros Devedores, que em valor se traduz num aumento em cerca de 960 mil euros. Como já se referiu anteriormente esta rubrica está influenciada sobretudo pelo reconhecimento de direitos a receber resultantes das seguintes intervenções:

- a) Requalificação da Escola Básica n.º1 de Alcácer do Sal (Telheiros), e
 - b) Reabilitação do Edifício da Oficina da Criança,
- ambos candidatados no âmbito do Programa Alentejo 2020.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos – Ativo

A rubrica Acréscimos e Diferimentos têm a seguinte composição:

Acréscimos e diferimentos - Ativo	2018	2017	Variação %
Acréscimos de proveitos	1.754.816,22 €	1.772.239,11 €	-0,98%
Custos diferidos	0,00 €	16,40 €	-100,00%
Total	1.754.816,22 €	1.772.255,51 €	-0,98%

Estas contas destinam-se ao registo dos proveitos e custos nos exercícios a que respeitam, tendo em conta o princípio da especialização do exercício, previsto na alínea d) do ponto 3.2 do POCAL.

Em 2018, o reconhecimento de custos e proveitos que figuram no ativo fixou-se em 1.754.816,22€, cabendo a totalidade à rubrica Acréscimos de Proveitos. Desta forma, e comparativamente a 2017 ocorreu uma variação negativa inferior a 1%, o que contribuiu para o decréscimo em cerca de 17 mil euros do valor do Ativo.

A conta Acréscimos de Proveitos serve de contrapartida aos proveitos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, e cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores. Os Acréscimos de Proveitos no valor de 1.754.816,22€ correspondem aos proveitos gerados no exercício de 2018 e que só vão ser recebidos em 2019 ou seguintes, particularmente a faturação da água dos consumos de dezembro de 2018 emitida em janeiro de 2019, e aos Impostos Diretos referentes ao apuramento de dezembro de 2018, destacando-se o IMI.

A conta Custos Diferidos, de acordo com o POCAL, compreende os custos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as respetivas despesas tenham ocorrido no ano em apreço. No exercício de 2018 não existiram situações enquadráveis neste âmbito.

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios do município ascendem em 31 de dezembro de 2018 a 49.309.005,21€, tendo aumentado cerca de 826 mil euros relativamente ao ano transato.

Passivo

Passivo	2018	2017	Variação %
Empréstimos Bancários M/L Prazos	135.951,56 €	168.746,79 €	-19,43%
FAM	29.628,00 €	355.533,34 €	-91,67%
Total das dívidas a terceiros medio/longo prazo	165.579,56 €	524.280,13 €	-68,42%
Empréstimos Curto Prazo	0,00 €	0,00 €	-
Adiantamento por conta venda	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores conta corrente	144.175,42 €	183.889,44 €	-21,60%
Fornecedores - Faturas em receção e conferência	67.824,99 €	161.084,16 €	-57,89%
Clientes e Utentes c/cauções	0,00 €	21.393,83 €	-100,00%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado	112.759,35 €	145.148,50 €	-22,31%
Estado e Outros Entes Públicos	186.199,77 €	175.885,84 €	5,86%
Outros Credores	356.118,00 €	478.672,69 €	-25,60%
Fornecedores Vendas a Dinheiro	0,00 €	0,00 €	-
Fornecedores Imobilizado – Faturas em conferência	22.333,96 €	7.887,83 €	183,14%
Total das dívidas a terceiros a curto prazo	889.411,49 €	1.173.962,29 €	-24,24%
Total	1.054.991,05 €	1.698.242,42 €	-37,88%

O passivo de curto prazo do município, a 31 de dezembro de 2018 (com exclusão de Acréscimo de Custos e de Proveitos Diferidos) ascende a 889.411,49€, verificando-se assim, face a 2017 a uma diminuição de 284.550,80€, enquanto, no total do passivo verificamos uma redução de cerca de 643 mil euros.

Todas as rubricas de curto prazo à exceção do Estado e Outros Entes Públicos e Fornecedores de Imobilizado – Faturas em conferência, registaram um decréscimo face a 2017, e mesmo essas duas rubricas que verificaram aumentos, em termos efetivos cifra-se em cerca de 24 mil euros.

De salientar, neste quadro ao nível do MLP, quanto aos empréstimos bancários de médio e longo prazo, a redução de 19,43% devido à amortização ordinária dessa rubrica. Quanto ao FAM que recuou cerca de 325 mil euros ficou a dever-se a uma alteração legislativa. Com a entrada em vigor da Lei do Orçamento de Estado para 2018 foi alterado o artigo 19º da Lei n.º53/2014 de 25 de agosto, através da qual a subscrição do capital do FAM foi modificada por dedução dos montantes anuais a realizar pelos municípios, nomeadamente 25% em 2018; 50% em 2019; 75% em 2020 e 100% em 2021, o que representou para o município de Alcácer do Sal uma redução do capital inicial a subscrever no montante de 296.277,34€.

O passivo total quer de curto prazo (CP) quer de médio e longo prazo (MLP), excluindo acréscimos e diferimentos, em 2018 ascendeu a 1.054.991,05€, tendo sofrido uma diminuição de 37,88%, ou seja, menos 643.251,37€, face ao ano de 2017.

Evolução dos Acréscimos e Diferimentos - Passivo

Para cumprimento do princípio da especialização do exercício incluiu-se nas demonstrações financeiras, no passivo, as rubricas de acréscimo de custos e de proveitos diferidos, cuja distribuição se evidencia:

Acréscimos e diferimentos - Passivo		2018	2017	Variação %
Acréscimo de custos		1.586.039,41 €	1.295.390,05 €	22,44%
Proveitos diferidos		15.774.252,34 €	15.216.310,40 €	3,67%
	Total	17.360.291,75 €	16.511.700,45 €	5,14%

Na conta acréscimos de custos estão contabilizados os custos a reconhecer no próprio exercício, cuja despesa só venha a ocorrer em exercícios posteriores, nomeadamente as remunerações das férias e de subsídio de férias relativas ao exercício 2018, acrescidas dos respetivos encargos sociais, cujo processamento e pagamento terão lugar apenas em 2019, bem como outras despesas, de menor impacto como por exemplo, as despesas com comunicações, combustíveis e energia, referentes a consumos de dezembro de 2018 cujo pagamento ocorrerá em 2019. Em 2018 verificou-se um aumento de 22,44% em cerca de 290 mil euros face a 2017.

A conta proveitos diferidos compreende os valores arrecadados no exercício de 2018 ou em exercícios anteriores, cujos proveitos devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, nomeadamente os subsídios para investimento.

Em 2018, o aumento na ordem de 557 mil euros, ficou a dever-se sobretudo ao reconhecimento do direito a receber, de acordo com as regras do POCAL, relativos aos projetos Requalificação da Escola Básica n.º1 de Alcácer do Sal (Telheiros) e Reabilitação do Edifício da Oficina da Criança – ambos no âmbito do Programa Alentejo 2020, e pela regularização dos valores recebidos no período em apreço relativos a projetos PEDU e ao Museu Pedro Nunes.

Endividamento - Médio e Longo Prazo

No exercício de 2018 o município não contratou novos empréstimos de médio e longo prazo, e porque amortizou dentro dos prazos acordados, todos os compromissos referentes aos empréstimos em vigor, verificou-se uma redução desta componente no valor de 32.795,23€.

No final do exercício de 2018 o endividamento de MLP ascende apenas a 135.951,56€.

Limites de Endividamento Municipal

Nos termos do disposto no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro (Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais) alterada pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março e pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, consideram-se os limites da Dívida Total para 2018:

“ 1 - A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 - A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 - Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 - Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de

Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

5 – Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios referida no n.º 1, não é considerado:

- a) O valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com participação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia; e
- b) O valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros referidos no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.

6 – Para efeitos do disposto no número anterior, no caso de existirem diferentes fontes de financiamento reembolsáveis pelos municípios, a não relevância para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios é na proporção dos montantes obtidos no âmbito do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro.”

Os limites da Dívida Total em 2018, para o município de Alcácer do Sal, conforme informação fornecida pela DGAL que consta da Ficha do município - 4º trimestre 2018, de acordo com o previsto no artigo 52º da Lei 73/2013 de 03 de setembro são os seguintes:

- O limite da Dívida Total foi fixado em 22.011.472,85€;
- A Dívida Total municipal (excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM) foi de 790.400,00€;
- A Dívida Total municipal (excluindo empréstimos) foi de 654.448,44€;
- Ficando assim uma margem absoluta de 21.221.073,00€. Contudo, face às normas legais aplicáveis, a margem utilizável é apenas 20% daquele valor, ou seja, 4.244.215,00€.

O valor da Dívida Total municipal registado em 2018, (extraído da Ficha do município - 4º trimestre 2018 – DGAL), sofreu uma diminuição, quando comparado com os valores apurados de 2017, (extraídos da Ficha do município – Prestação de Contas 2017 – DGAL), de 22,65% que corresponde ao valor de 231.810,00€.

Podemos assim inferir que o município de Alcácer do Sal, possui uma posição bastante cómoda quanto às matérias relacionadas com os limites da Dívida Total, fixados para o ano de 2018.

Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é o mapa contabilístico que relata o desempenho económico de uma entidade, normalmente reportado ao final do exercício económico, e apresenta, devidamente agrupados e classificados, os custos e perdas e os proveitos e ganhos, classificados por natureza, o que nos permite obter separadamente, os diferentes tipos de resultados, a saber: operacionais, financeiros, correntes, (operacionais + financeiros), extraordinários e os líquidos, evidenciando o RLE – Resultado Líquido do Exercício.

Os resultados económicos do município representam a diferença entre os proveitos e os custos e são apresentados de forma resumida na demonstração de resultados por natureza.

Em 2018, o município de Alcácer do Sal encerrou as suas contas com um Resultado Líquido positivo de 671.421,69 € encontrando-se a Demonstração dos Resultados por natureza, sintetizada no seguinte quadro:

Demonstração dos Resultados (por natureza):

Resumo da Demonstração de Resultados	2018	2017
Resultados Operacionais	-860.024,66 €	-1.699.673,01 €
Resultados Financeiros	783.285,32 €	767.100,55 €
Resultados Correntes	-76.739,34 €	-932.572,46 €
Resultados Extraordinários	748.161,03 €	597.799,36 €
Resultado Líquido do Exercício	671.421,69 €	-334.773,10 €

Resultados Operacionais

Os proveitos e ganhos operacionais ascenderam a 16.267.530,89€ e os custos operacionais a 17.127.555,55€, dando origem a um resultado operacional negativo de 860.024,66€, recuperando os valores registados em 2017 em cerca de 839 mil euros.

Os Proveitos e Ganhos Operacionais subiram mais de 1.079 mil euros relativamente a 2017, tendo sido influenciados pelo bom desempenho de todas as rubricas, nomeadamente na rubrica Impostos e Taxas que cresceu cerca de 747 mil euros face a 2017, dentro da qual se destaca o IMT.

Os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Venda de Bens e Prestação de Serviços	1.936.570,55 €	11,90%	1.757.330,01 €	11,57%	10,20%
Impostos e Taxas	4.235.915,66 €	26,04%	3.488.723,39 €	22,97%	21,42%
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Proveitos Suplementares	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Transferências e Subsídios Obtidos	10.095.044,68 €	62,06%	9.942.360,26 €	65,46%	1,54%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	-
Total	16.267.530,89 €	100,00%	15.188.413,66 €	100,00%	7,10%

Custos Operacionais	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
CMVMC	360.664,95 €	2,11%	484.917,13 €	2,87%	-25,62%
Fornecimento e Serviços Externos	5.478.053,50 €	31,98%	5.672.034,84 €	33,59%	-3,42%
Custos com Pessoal	7.620.638,63 €	44,49%	7.006.941,04 €	41,49%	8,76%
Transf. e Sub. Correntes Concedidos	945.396,09 €	5,52%	872.349,59 €	5,17%	8,37%
Amortizações do Exercício	2.281.688,80 €	13,32%	2.314.286,62 €	13,70%	-1,41%
Provisões do Exercício	206.696,45 €	1,21%	340.010,94 €	2,01%	-39,21%
Outros Custos e Perdas Operacionais	234.417,13 €	1,37%	197.546,51 €	1,17%	18,66%
Total	17.127.555,55 €	100,00%	16.888.086,67 €	100,00%	1,42%

Resumo:

Resultados Operacionais	2018	2017	Variação %
Custos e Perdas Operacionais	17.127.555,55 €	16.888.086,67 €	1,42%
Proveitos e Ganhos Operacionais	16.267.530,89 €	15.188.413,66 €	7,10%
Total	-860.024,66 €	-1.699.673,01 €	-49,40%

Da análise do quadro anterior verifica-se que, no período em análise (2018), e face a 2017, os custos operacionais sofreram um aumento de 1,42% que equivale a cerca de 239 mil euros e os proveitos operacionais também acompanharam com um aumento de mais de 1.079 mil euros, correspondentes a 7,10%.

Não obstante a rubrica Transferências e Subsídios Obtidos tenha aumentado em termos efetivos face ao período anterior, esta apresentou um decréscimo em percentagem da totalidade dos proveitos operacionais. Assim, em 2017 a rubrica Transferências e Subsídios Obtidos, representava 65,46% da

totalidade dos proveitos operacionais, passando em 2018 para 62,06%.

Esta percentagem, continuamente elevada, demonstra de forma inequívoca a dependência do município face às transferências provenientes do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários relativamente a Projetos Cofinanciados.

Em 2018 o custo das matérias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) cifrou-se em 360.664,95€, diminuindo cerca de 124 mil euros face a 2017 do valor de existências imputadas a custos.

A rubrica fornecimento e serviços externos (FSE) face a 2018 registou uma diminuição de 3,42%, traduzindo-se em cerca de menos 193 mil euros.

Quanto à rubrica Transferência e Subsídios Correntes concedidos, o valor de 945.396,09€ subiu 8,37%, face a 2017 e agrega os diversos apoios financeiros no âmbito da educação, ação social, desporto, cultura, associativismo, etc., que o município decidiu atribuir a várias entidades do concelho de Alcácer do Sal, com o objetivo de financiar a dinamização das suas atividades.

A diminuição de 39,21% das provisões no exercício de 2018 aliviou os custos operacionais, cifrando-se em cerca de 206 mil euros. Este valor refere-se sobretudo ao ajustamento e constituição de provisões para dívidas de terceiros de acordo com as considerações técnicas, relativamente aos critérios e métodos para contabilização das provisões, previstas no ponto 2.7.1 do POCAL.

Relativamente ao valor registado nas amortizações do exercício de 2018 face a 2017, podemos constatar que é semelhante no peso percentual nos custos operacionais, cerca de 13%, registando-se contudo uma diminuição efetiva de cerca de 32 mil euros.

Os custos operacionais em 2018 apresentam o valor de 17.127.555,55€, sendo as rubricas com maior peso os Custos com Pessoal, com 44,49% e os FSE que relevam com 31,98% para o total dos custos operacionais.

Resultados Financeiros

Proveitos Financeiros	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Juros obtidos	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Desconto de pronto pagamento obtidos	199,98 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Rendimentos de imoveis	787.907,10 €	99,85%	771.951,10 €	99,84%	2,07%
Outros proveitos e ganhos financeiros	944,68 €	0,12%	1.208,34 €	0,16%	-21,82%
Total	789.051,76 €	99,97%	773.159,44 €	100,00%	2,06%

Custos Financeiros	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Juros Suportados	1.591,89 €	27,61%	2.161,54 €	35,68%	-26,35%
Amortizações de investimentos em imóveis	2.940,74 €	51,00%	2.940,74 €	48,54%	0,00%
Provisões para aplicações financeiras	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Outros custos e perdas financeiras	1.233,81 €	21,40%	956,61 €	15,79%	28,98%
Total	5.766,44 €	100,00%	6.058,89 €	100,00%	-4,83%

Resumo:

Resultados Financeiros	2018	2017	Variação %
Custos e Perdas Financeiros	5.766,44 €	6.058,89 €	-4,83%
Proveitos e Ganhos Financeiros	789.051,76 €	773.159,44 €	2,06%
Total	783.285,32 €	767.100,55 €	2,11%

Os custos financeiros recuaram em 2018 face ao ano anterior 4,83%, enquanto os proveitos financeiros para o mesmo período de análise aumentaram 2,06%. Desta forma, os Resultados Financeiros apresentam valores positivos de 783.285,32€, verificando-se um aumento de 2,11% face a 2017.

Resultados Extraordinários

Proveitos Extraordinários	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Ganhos em existências	3.887,22 €	0,38%	7.223,84 €	1,00%	-46,19%
Ganhos em imobilizações	79.627,67 €	7,82%	19.199,03 €	2,66%	314,75%
Benefícios de penalidades contratuais	41.648,70 €	4,09%	41.748,34 €	5,79%	-0,24%
Reduções de amortizações e provisões	231.101,23 €	22,69%	10.369,04 €	1,44%	2.128,76%
Correções relativas a exercícios anteriores	6.227,14 €	0,61%	3.338,76 €	0,46%	86,51%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	656.240,96 €	64,42%	639.223,30 €	88,65%	2,66%
Total	1.018.732,92 €	100,00%	721.102,31 €	100,00%	41,27%

Custos Extraordinários	2018		2017		Variação %
	Valor	%	Valor	%	
Transferências de capital concedidas	134.894,31 €	49,86%	66.925,70 €	54,28%	101,56%
Dividas Incobráveis	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Perdas em existências	10,64 €	0,00%	70,03 €	0,06%	-84,81%
Perdas em imobilizações	129.472,47 €	47,85%	50.517,64 €	40,97%	156,29%
Multas e penalidades	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00%
Correções relativas a exercícios anteriores	6.139,87 €	2,27%	5.486,21 €	4,45%	11,91%
Outros custos e perdas extraordinários	54,60 €	0,02%	303,37 €	0,25%	-82,00%
Total	270.571,89 €	100,00%	123.302,95 €	100,00%	119,44%

Resumo:

Resultados Extraordinários	2018	2017	Variação %
Custos e Perdas Extraordinários	270.571,89 €	123.302,95 €	119,44%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.018.732,92 €	721.102,31 €	41,27%
Total	748.161,03 €	597.799,36 €	25,15%

Os resultados extraordinários em 2018 apresentam o valor de 748.161,03€, evidenciando um aumento de 25,15% relativamente a 2017.

Podemos concluir pela análise do quadro anterior, que os Custos e Perdas Extraordinários registaram um acréscimo em cerca de 147 mil euros, e os Proveitos e Ganhos Extraordinários também registaram um acréscimo de cerca de 297 mil euros, originando ainda assim um crescimento dos Resultados Extraordinários em cerca de 150 mil euros.

Os custos e perdas extraordinários contemplam todos os protocolos celebrados pelo município com as diversas instituições do concelho, de forma a contribuir financeiramente para obras de construção,

melhoria e ampliação das instalações dessas mesmas instituições.

Os custos e perdas cresceram devido ao maior volume de apoios financeiros que o município atribuiu em 2018 a diversas instituições sem fins lucrativos do concelho e também ao aumento do valor das transferências para as freguesias e sistemas de solidariedade e segurança social. Verificou-se também um aumento das perdas em imobilizações e abates.

O acréscimo verificado nos proveitos e ganhos extraordinários, comparativamente com 2017 resultou essencialmente da venda de bens de investimento, que aumentou cerca de 49 mil euros em 2018 e da reversão de uma provisão, constituída em 2017 que ascendia a cerca de 219 mil euros referente a processos judiciais em curso e entretanto concluída financeiramente de forma favorável ao município.

Não existiram quaisquer factos relevantes após o termo do exercício.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3.3 do POCAL, Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 “Resultados Transitados” (ou Resultado Líquido do Exercício) o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do Património;
- b) Constituição ou Reforço de Reservas.

No ponto 2.7.3.4, refere-se a obrigatoriedade de reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 “Património”, corresponda a 20% do ativo líquido. Para o município de Alcácer do Sal esta obrigatoriedade não se impõe, dado que, o saldo da conta 51 é superior a 20% do ativo líquido.

Refere ainda no ponto 2.7.3.5, que deve constituir-se o reforço anual da conta 571 “Reservas Legais”, no valor mínimo de 5% do RLE.

Nestes termos, e visto o RLE apurado no exercício de 2018 ter o valor de 671.421,69€, propõe-se a sua aplicação da seguinte forma:

- a) Reservas Legais: 33.571,08€
- b) Resultados Transitados: 637.850,61€

Alcácer do Sal, 25 de março de 2019